

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

**COMISSÃO DE CONCURSO – MPPR/2018**

**Questão 01 – Dissertação (Máximo de 50 linhas) (2,0 pontos)**

**Discorra sobre a técnica de ampliação do quórum de julgamento, prevista pelo art. 942, do Código de Processo Civil de 2015. Em sua resposta, explique se o instituto tem natureza de recurso, se sua aplicação depende de requerimento da parte, se a devolução da matéria se limita ao tema da divergência inicial e aponte qual é a função do instituto e quais princípios lhe dão fundamento.**

**Resposta:**

O instituto de ampliação do quórum de julgamento não tem natureza de recurso, mas de técnica de julgamento (0,4). Sua aplicação, de acordo com o entendimento do STJ, não depende de requerimento da parte (0,4). Quando aplicado, o art. 942 devolve ao tribunal toda a matéria em discussão, não apenas a divergência que ensejou os votos contrários (0,4). A função do instituto, nos termos da decisão do STJ, é o aprimoramento da decisão (0,4), sendo portanto pautado pelos princípios da uniformidade, estabilidade, integridade e coerência da jurisprudência (0,4).

**Questão 02 (Máximo de 15 linhas) (1,0 ponto)**

**Explique o instituto da estabilização da tutela antecipada de urgência requerida em caráter antecedente, destacando seus requisitos e seus efeitos.**

**Resposta:**

O instituto da estabilização tem como requisitos a concessão da tutela antecipada requerida (0,2), o aditamento da petição inicial pelo autor (0,2) e a não interposição de recurso cabível (0,2) (admitindo-se, também, a posição jurisprudencial que admite a contestação como instituto que afasta a estabilização, desde que expressamente mencionada). Os efeitos da estabilização são a extinção do processo em que a decisão foi proferida (0,1); a conservação dos efeitos da decisão até eventual revisão, reforma ou invalidação por decisão de mérito (0,1); a impossibilidade de revisão da medida decorrido o prazo de 2 anos (0,1); ainda, a estabilização não se confunde com coisa julgada (0,1).

**Questão 03 (Máximo de 15 linhas) (1,0 ponto)**

**Explique a técnica da distinção, ou distinguishing, pertinente à teoria dos precedentes, especialmente no que toca às hipóteses em que a técnica pode ser utilizada.**

**Resposta:**

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÃO DE CONCURSO – MPPR/2018

A técnica da distinção é cabível nas hipóteses em que o julgador constata que os fatos materiais que deram origem ao precedente são distintos daqueles verificados no caso a ser julgado (1,0).

**Questão 04 (Máximo de 15 linhas) (1,0 ponto)**  
**Aponte e explique as características dos fatos probandos.**

**Resposta:**

A alegação de fato que depende de prova (fato probando) deve ser revestida de três características: controvérsia, relevância e determinação. Só há motivo para se falar em produção de prova se houver controvérsia quanto aos fatos alegados pelos litigantes (0,4). A característica da relevância quer dizer que serão objeto de prova as alegações de fato que tenham pertinência com a causa ajuizada (0,3). A determinação diz respeito à apresentação do fato com características que o distingam de outros que se lhes assemelham. O fato deve ser identificado no tempo e no espaço, pelo que fatos indeterminados ou indefinidos são insuscetíveis de prova. (0,3)

**Questão 05 (Máximo de 15 linhas) (0,5 ponto)**

**Explique o regime de recorribilidade das decisões que admitem ou que inadmitem o ingresso de amicus curiae no processo.**

**Resposta:**

Nos termos do entendimento do STF, no RE 602584, tanto a decisão que admite (0,2) quanto a decisão que inadmite (0,3) amicus curiae é irrecorrível.

**Questão 06 (Máximo de 15 linhas) (0,5 ponto)**

**O que se entende por eficácia preclusiva da coisa julgada?**

**Resposta:**

A eficácia preclusiva da coisa julgada tem, por definição legal, o art. 508, do CPC: “Transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido” (0,3). Deste modo, transitada em julgado a decisão definitiva da causa, todas as alegações e defesas que poderiam ter sido formuladas para o acolhimento ou rejeição do pedido reputam-se arguidas e repelidas; tornam-se irrelevantes todos os argumentos e provas que as partes tinham a alegar ou produzir em favor da sua tese (0,2).

**7ª QUESTÃO – DIREITO CIVIL (pontuação: 1,0 – máximo de 10 linhas).**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

**COMISSÃO DE CONCURSO – MPPR/2018**

Salvado Delá, artista plástico mundialmente conhecido, celebrou, em setembro/2016, contrato de doação de parte de seu acervo de obras de arte ao Município de Curitiba, com cláusula contratual de conservação das obras. Elas foram depositadas em renomado Espaço Cultural, gerido pela Fundação Cultural de Curitiba. Em setembro/2017, o doador constatou que as precárias instalações do espaço expositivo estavam gerando danos nas obras doadas. A administração do Espaço Cultural, face à divulgação do fato pela imprensa local, determinou a restauração das obras por terceiros, que só agravaram os prejuízos detectados. Responda: (i) é possível extinguir a doação celebrada? Em caso positivo, de que espécie extintiva se trata? (ii) qual a natureza e a extensão do prazo para aforamento da medida que tenha por objeto a extinção da doação?

**Resposta:**

(i) É possível a extinção por inexecução de encargo [0,50]; (ii) prazo decadencial de 1 ano, contado do conhecimento do fato [0,50; não há pontuação parcial]

**8ª QUESTÃO – DIREITO CIVIL (pontuação: 1,0 – máximo de 10 linhas).**

Rimbaud não tem descendentes nem ascendentes vivos, tampouco é casado. Tem três irmãos solteiros (Keats, Baudelaire e Byron). Keats tem dois filhos (Dostoievski e Gorki). Baudelaire tem um filho (Mallarmé). Byron tem dois filhos (Bukowski e Eliot) e dois netos (Ungaretti e Pavese, ambos filhos de Bukowski). Quando Rimbaud falece, já eram pré-mortos Keats, Byron e Bukowski. Como fica a partilha dos bens deixados por Rimbaud, cujo patrimônio totalizava 100? Justifique.

**Resposta:**

Dostoievski e Gorki recebem 33,3%, em partes iguais; Baudelaire recebe 33,3%; Eliot recebe 33,3% [1,00; não há nota parcial]

**9ª QUESTÃO – DIREITO CIVIL (pontuação: 1,0 – máximo de 10 linhas).**

A 2ª seção do STJ pacificou, recentemente, entendimento sobre o prazo prescricional da responsabilidade contratual e da responsabilidade extracontratual. Qual foi a posição tomada e qual seu fundamento?

**Resposta:**

(i) Decidiu que na responsabilidade extracontratual o prazo prescricional é de 3 anos e na responsabilidade contratual o prazo é de 10 anos [0,50; não há pontuação parcial]; (ii) interpretação restritiva (ou, ao menos, sistemática) da expressão “reparação civil” do artigo 206, § 3º, V do Código Civil [0,50]

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

**COMISSÃO DE CONCURSO – MPPR/2018**

**10ª QUESTÃO – DIREITO COMERCIAL (pontuação: 1,0 – máximo de 15 linhas).**

**Quais os requisitos da capacidade para o exercício da empresa? O menor de idade pode ser representado ou assistido e, assim, exercer atividade de empresário? O ato de empresa praticado por pessoa impedida de exercer atividade própria de empresário é inválido? Explique.**

**Resposta**

(i) capacidade civil e ausência de impedimentos **[0,50; não há pontuação parcial]**; (ii) podem exercer mas não podem iniciar a empresa (não se aceita mera transcrição ou paráfrase da lei, sendo necessário referir que o menor não pode iniciar a empresa) **[0,25]**; (iii) o ato não é inválido **[0,25]**